

MEMÓRIAS EM EMBATE: ISRAEL E PALESTINA – DISPUTAS DAS/PELAS MEMÓRIAS DE *SHOÁ* E *NAKBA*

COMPETING MEMORIES: ISRAEL AND PALESTINE – DISPUTES OF/FOR *SHOÁ* AND *NAKBA* MEMORIES

Ketlin Maria Lucht¹

Resumo: O presente ensaio busca analisar, mediante as catástrofes coletivas referentes à *Nakba* e *Shoá*, como as memórias e identidades da Palestina e de Israel, ao passo que tentaram e tentam se constituir como opostas, inexoravelmente se entrelaçam e acabam por constituir uma influência recíproca. Esses países, que possuem histórias indissociáveis e sobrepostas, carregam consigo um passado ainda muito recente, seja por eventos recorrentes ou por memórias dissidentes que não ganham espaço no que tenta se constituir como “memória coletiva”. Analisa-se então como essa disputa, que não ocorre somente em âmbito territorial, decorre através dos meandros da memória.

Palavras-chave: Israel; Palestina; *Shoá*; *Nakba*; Memória.

Abstract: This essay aims to analyze, from the collective catastrophes referring to *Nakba* and *Shoá*, how the memories and identities of Palestine and Israel, even if they tried and still try to constitute themselves as opposites, inexorably intertwine and end up constituting a reciprocal influence. These countries, which have inseparable and overlapping histories, carry with them a very recent past, whether due to recurring events or dissident memories that do not gain space in what tries to constitute itself as “collective memory”. It is then analyzed how this dispute, which does not occur only at the territorial level, takes place in the fields of memory.

Keywords: Israel; Palestine; *Shoá*; *Nakba*; Memory.

Introdução

Quando se fala em Oriente Médio várias denominações vêm à mente, distintas significações perpassam pela inclusão ou exclusão de determinados países, e a dimensão política que dá significado a este construto varia de acordo com o tempo, espaço e, principalmente, de acordo com quem está falando. Neste sentido, a geografia deste território, que passou (e ainda passa) por mudanças, fez com que a alteração territorial² provocasse um profundo questionamento identitário e abruptas crises de pertencimento em populações que viviam no referido território. Visto isso, é importante destacar que processos de definições identitárias não deixam de gerar alguma ruptura nos caminhos de seu construto (Albert Hourani, 2006).

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR). Mestre em história pelo programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC-UFRJ). Tem interesse em temas referentes ao Sul Global. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4999-0204>. Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2930243546467722>. E-mail para contato: luchtketlin@gmail.com.

² Aqui calha pontuar que estas mudanças fazem referência a vários períodos, sejam elas ocorridas no Império Otomano, sejam durante o domínio europeu da região (no contexto aqui tratado aponta-se principalmente para o domínio inglês e francês), ou ainda as que se sucederam no contexto em que Estados começaram a emergir no território. Vale mencionar que pequenas mudanças ocorrem até hoje, visto que as fronteiras referentes ao Oriente Médio possuíram e possuem uma não fixidez devido ao contexto político extremamente delicado que respalda a região.

Durante estas rupturas que atravessaram longos séculos, a delonga na consolidação de Estados foi atravessada por interferências³ externas e internas que influenciaram na construção de memórias. Memórias como estas, ao passo que tentam se constituir como hegemônicas, disputam interpretações e sentidos, adquirindo potencialidade quando lutas políticas e territoriais são travadas (Elizabeth Jelin, 2002: 40). Desta forma, elas ganham uso muito peculiar a partir do que reivindicaram na história. Tais reivindicações tornam-se ainda mais notórias diante da história de Israel e Palestina.

Pontuando sobre o recorte que se pretende abordar aqui, a Palestina, que no contexto da Primeira Guerra Mundial era responsabilidade da Grã-Bretanha, posteriormente foi palco de uma divisão territorial arbitrária, sucedendo à criação de um Estado judeu que acarretou um dos conflitos mais marcantes que simbolizam parte das disputas políticas do Oriente Médio. No entanto, indo de encontro com o que se deseja refletir, não menos importantes que as disputas territoriais são as disputas oriundas do campo da memória. Estas disputas, que marcaram e marcam até hoje a memória e a história israelense (leia-se judaica em configuração anterior) e palestina, são o escopo desta reflexão.

O campo da memória como campo de disputa política

Segundo a socióloga Jelin (2002: 5, tradução nossa⁴), [...] *é impossível encontrar uma memória, uma versão e uma interpretação única do passado* [...]. Neste segmento, a intelectual afirma que o campo da memória é um campo em constante disputa, em que é possível encontrar um espaço de luta política e, principalmente, se deparar com memórias que negam outras memórias. A socióloga ainda afirma que, em contextos nos quais se tenta lapidar uma memória nacional, não é raro que haja uma certa seletividade em relação ao que se tenta constituir como hegemônico. Assim, em meio a um embate de passados, algumas memórias ganham ênfase, enquanto algumas passam por um processo de negação ou apagamento (Ibidem: 40).

Neste sentido, as consolidações destas memórias em meios coletivos e públicos acabam por legitimar processos de imaginação cultural oriundos da modernidade, em que o passado, através de tal embate, começa a ser imaginado para o presente se tornar legítimo. Isto vai de encontro com o raciocínio de Peter Osborne (1995), que pontua sobre como a modernidade e os construtos nacionais se tornaram uma disputa de passados.

No caso de Israel e Palestina, essas articulações concorrentes que disputam passados em prol da construção da fixidez de um presente ganham corpo quando memórias oponentes vêm à tona. Os usos políticos de grandes acontecimentos que são marcos nacionais para um povo passam a ser legitimadores de um pertencimento (longínquo ou não) que lança

³ É diante da interferência inglesa e francesa que ocorrem acordos como o Sykes-Picot (1916) e declarações como a de Balfour (1917), que definiram de maneira arbitrária os rumos políticos e territoriais do contexto aqui abordado (Avi Shlaim, 2004: 44).

⁴ “[...] es imposible encontrar una memoria, una versión, y una interpretación única del pasado [...]” (Jelin, 2002: 5).

a possibilidade de judeus e palestinos reivindicarem um território através de memórias que justifiquem suas causas. Desta forma, o campo da legitimação da memória perpassa por áreas em que uma história nacional entra em embate com a outra. Estas disputas de/por legitimidade de memórias adentram também no que Edward Said chama de “disputa pela geografia”:

Do mesmo modo que nenhum de nós está fora ou para além da geografia, também nenhum de nós está completamente livre da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante, porque não diz apenas respeito a soldados e canhões, mas também a ideias, formas, imagens e imaginações (Said, 1995: 6).

Quanto à premissa de que a disputa pela geografia é algo que vai muito além da disputa pela territorialidade, Michel Gherman (2014), em seu artigo, “Entre a Nakba e a Shoá: catástrofes e narrativas nacionais”, disserta sobre como essas memórias nacionais reivindicaram (e ainda reivindicam) um mesmo território através de lógicas de pertencimento distintas. A *Nakba* e a *Shoá*⁵ são neste segmento pontos de partida que justificam demandas políticas e buscam a autenticação de uma memória necessária para construção de um *ethos* nacional (Gherman, 2014: 104).

No que tange à construção de uma nacionalidade palestina e judaica através dessas memórias referentes às suas catástrofes coletivas, Gherman exemplifica como esses grupos (ainda em conflito) podem acionar narrativas excludentes que deslegitimam o outro. A negação do outro em prol de uma autoafirmação perpassa pela já citada reflexão de Jelin (2002), a qual pontua que, onde há luta por um sentido de passado, inexoravelmente há o apagamento de outros agentes e outras memórias que não corroboram com a desejada narrativa homogênea que algum grupo tenta propagar. Tais construções, no caso de Israel e Palestina, acabam por potencializar suas próprias catástrofes ao passo que necessariamente minimizam a do outro. Assim sendo, os usos políticos da *Nakba* e da *Shoá*, que são certamente conflitantes, criam a partir de suas tragédias coletivas nacionais com funções históricas específicas, que implícita ou explicitamente acabam competindo por um mesmo espaço geográfico através de um confronto de memórias ainda não consolidadas em relação à aceitação do algo de outrem (Ibidem: 106).

Desta forma, *demonstrações de desconhecimento mútuo entre palestinos e israelenses [...] estão presentes em diversos momentos, em várias reações e posicionamentos de ambos os grupos* (Ibidem: 107). Assim, é perceptível como, diante da narrativa israelense e palestina, afirmar a causa do outro aparentemente enfraquece a própria causa.

Se por um lado alguns sionistas se referem à Palestina como um território habitado por nômades árabes, lhes impondo um controle desenfreado, por outro a visão palestina enxerga israelenses como imperialistas travestidos de europeus que tentam colonizar o

⁵ Respectivamente, *Nakba* e *Shoá* fazem alusão às catástrofes nacionais referentes a Palestina e Israel. A primeira diz respeito à derrota palestina (1947-1949) em seu conflito com Israel, que gerou uma enorme desapropriação territorial e um êxodo em massa para outros países. A segunda é referência ao genocídio pelo qual os judeus passaram durante o regime nazista (1941-1945), também chamado de Holocausto.

território alheio com lógicas ocidentais (Ibidem: 108). A partir de 1948 a situação se torna ainda mais agravante com a criação do Estado israelense – o que para judeus seria um momento de glória, para palestinos seria o início do declínio, a efetivação da desapropriação.

Para os palestinos, a guerra de 1948 levou de fato a uma “catástrofe”. Uma sociedade se desintegrou, um povo se dispersou e uma vida complexa e historicamente mutável, mas tida como garantida, acabou violentamente. A *Nakba* tornou-se assim, tanto na memória quanto na história da Palestina, a linha de demarcação entre dois períodos qualitativamente opostos. Depois de 1948, as vidas dos palestinos nos níveis individual, comunitário e nacional mudaram de maneira drástica e irreversível (Ahmad H. Sa’di e Lila Abu-Lughod, 2007: 3, tradução nossa⁶).

Assim como Gherman (2014) destaca sobre os embates no âmbito da memória, Sa’di e Abu-Lughod (2007) também o fazem. Assim, reflete-se sobre como o evento ocorrido em 1948, ao passo que definia um *ethos* nacional judeu, começava por definir uma outra roupagem da identidade palestina. A *Nakba* seria assim o elemento identitário central que faria referência ao regresso da população palestina, agora desapropriada. Neste sentido, a narrativa palestina começa a ter uma aproximação com uma definição no campo da memória coletiva que as tornam as reais vítimas dos acontecidos entre as duas sociedades. Deste modo, a desapropriação provocada por sionistas não seria apenas o ponto chave que faria referência ao exílio, mas também o ponto chave que faria referência ao desejado retorno (Gherman, 2014; Sa’di e Abu-Lughod, 2007).

Por outro lado, os integrantes do movimento sionista⁷, que também lidaram com a expropriação e com o desejo do retorno ao solo de seus ascendentes, também tentavam construir a fixidez de uma memória que, após tanta injustiça cometida contra um povo, tornasse justa e necessária a construção de um Estado judeu que os redimisse, historicamente falando.

Talvez por isso seja tão difícil (e quiçá impossível) teoricamente definir um possível lado errôneo e um possível lado correto. Ambos os grupos possuem suas razões diante de um contexto histórico muito delicado. O exílio de um e a diáspora de outro tornam a noção de algoz muito particular à medida que estes contextos se entrelaçam. O descaminho de suas terras natais, seja pelos acontecidos durante o regime nazista, seja pelo ostracismo forçado, torna-se elemento político potente quando se fala em restituição histórica. Direta ou indiretamente, reconhecer a demanda do outro, para estes grupos, torna a particularidade de suas petições históricas menos efetiva quanto ao que reivindicaram e reivindicam.

⁶ “For Palestinians, the 1948 War led indeed to a ‘catastrophe’. A society disintegrated, a people dispersed, and a complex and historically changing but taken for granted communal life was ended violently. The *Nakba* has thus become, in both Palestinian memory and history, the demarcation line between two qualitatively opposing periods. After 1948, the lives of the Palestinians at the individual, community, and national level were dramatically and irreversibly changed” (Sa’di e Abu-Lughod, 2007: 3).

⁷ É importante destacar que o movimento sionista não é único e homogêneo, dentre suas várias vertentes destacam-se: sionismo político; sionismo revisionista; sionismo trabalhista; sionismo socialista; sionismo cultural; sionismo territorialista e sionismo religioso.

As frequentes referências ao exílio e às dores da Palestina podem muito bem ser comparadas, nos campos ideológico e discursivo, às referências sionistas de perda da pátria e ao sofrimento do exílio. É importante, entretanto, levar em conta uma espécie de “fuso horário”, uma descontinuidade temporal entre palestinos e sionistas. Para esses dois grupos, as categorias de diáspora e exílio passam a fazer (mais) sentido de um lado justamente quando passam a perder sentido para o outro [...]. Em um encontro não casual, duas catástrofes humanas estabelecem resultados nacionais distintos. Enquanto judeus formam “seu Estado” sobre o dilaceramento quase completo do judaísmo europeu, esse mesmo dilaceramento justifica e explica o início de outra tragédia nacional, o exílio palestino. Se a ocupação do mesmo território caracteriza os dois movimentos nacionais, duas tragédias nacionais conectadas e não relacionadas, a *Nakba* e a *Shoá* refundam e marcam profundamente, pelas próximas décadas, a memória e as realidades políticas de israelenses e palestinos (Gherman, 2014: 111).

Diante destas premissas mencionadas, vê-se como estas tragédias coletivas são peças importantes no que diz respeito às construções voltadas ao *ethos* nacional. As nações, que necessariamente precisam criar narrativas identitárias para se tornarem soberanas, tendem a empreender uma homogeneidade linguística, cultural e territorial. Nacionalismos são arquitetados, delicadamente pensados. Estes não são falsos ou verdadeiros, cada qual possui seu processo demasiadamente ímpar, todos foram imaginados em meio a processos bem específicos. A nação, esta comunidade política imaginada, ao passo que imagina a si, imagina também o outro. Assim, a definição do outro acaba também sendo a definição de si (Benedict Anderson, 2008). Desta forma, o forjamento da memória tenta perpetuar um legado mediante questionamentos e afirmações de pertencimento. Nesse sentido, a criação de uma imaginação coletiva, ou seja, a criação de memórias políticas e a subsequente invenção de políticas de memória, vem a ser uma condição indispensável para fomentar a fixidez nacional.

É necessário pontuar que, no que se refere ao nacionalismo palestino, ele não necessariamente nasce no conflito, mas sim, se desenvolve no conflito. Com o tempo, este nacionalismo demanda a necessidade de uma nova edificação de um Estado através da permuta de conceituações de êxodo para catástrofe. Nesse sentido, a *Nakba* e seus respectivos usos dizem muito sobre essa desejada reconstrução, não fazendo apenas referência ao desejado Estado, mas também à legitimação do processo de resistência.

Assim sendo, identidade nacional e identidade de resistência tornam-se aparatos indissociáveis na construção desta memória nacional. Diante destas constatações, é importante mencionar que um dos símbolos nacionais que mais possuem força diante da memória palestina é a tenda, a chave e a oliveira. A tenda mostra a condição de refugiados, a qual muitos dos que passaram pela *Nakba* tem vivido, ou seja, faz referência à desapropriação de seus lares. A chave mostra que a esperança do retorno e a intenção de voltar para seus respectivos lares ainda existe, já que muitos carregam a chave de seus antigos lares consigo. Por fim, a oliveira simboliza a profunda ligação com o tipo de vegetação das terras que um dia habitaram. Assim, *os apegos palestinos aos lugares são tanto físicos quanto imaginativos.*

Muitas pessoas preservam [...] as ações da terra que possuíam e as chaves das casas que deixaram para trás (Sa'di e Abu-Lughod, 2007: 13, tradução nossa⁸).

Após 1948, diante do percentual de 80% de palestinos que viviam em Israel, 77% passaram a viver na condição de refugiados, e essa condição é um dos potentes usos políticos que reivindicam reparação histórica. Em suma, os usos desta catástrofe foram lentamente lapidados e ganham mais força ainda a partir de 1960, sendo a *Nakba* um dos mais importantes elementos do nacionalismo palestino (Gherman, 2014: 112).

Assim como a *Nakba* possui suas potencialidades quando representa o nacionalismo palestino, a *Shoá* também o tem no que diz respeito à sua respectiva construção de memória nacional. A construção do Estado judeu, diante desses usos políticos, acaba buscando um efeito lógico depois de toda atrocidade ocorrida na Segunda Guerra Mundial, durante o Holocausto:

A *Shoá* se consolida, então, como a prova da inviabilidade da vida judaica fora de Israel, apontando para a necessidade da existência de um Estado Judeu. Dessa forma, a *Shoá* é usada politicamente como referência ideológica no interior do Estado de Israel e em entidades sionistas nas várias instituições judaicas. Para os que viam Auschwitz tão de perto, a imagem de jovens pioneiros morenos, queimados de sol, trabalhando manualmente a terra de Israel era difundida no mundo judaico como a única resposta possível pós-holocausto. A constante ameaça do antissemitismo, que criara (na perspectiva sionista) um ponto final para a experiência judaica europeia, poderia ser personificada e resumida pelo fenômeno da *Shoá* (Ibidem: 113-114).

A partir de 1960, assim como a memória da *Nakba* se potencializa de outra forma, *Shoá* passa a ser usada para cristalizar o algoz que fora cometido, e agora, ainda mais, identificando outra ameaça à vida judaica: os árabes. Resistir aos árabes, acaba sendo um fator comparável a *não regressar a Auschwitz*. [...] *Para os sionistas a histórica vitória na Guerra dos Seis Dias e suas consequentes conquistas militares significam garantia definitiva contra a ameaça [...] de uma nova tragédia, de uma nova Shoá* (Ibidem: 114).

Ulteriormente, já no período que vai de 1990 a 2000, as mencionadas memórias começam a passar por algumas mudanças. A memória nacional da *Nakba*, que antes era tida como homogênea, começa a ser construída também a partir de relatos individuais, assim, experiências particulares que antes não eram o escopo da análise começam a ganhar ênfase.

Algo parecido acontece com as memórias da *Shoá*. Uma nova identidade judaica é lentamente moldada, desta forma, o “novo judeu israelense” não estaria mais à mercê de todo sofrimento que passara durante o Holocausto. As memórias de *Shoá*, que antes eram pedagógicas e norteadoras, passam por um período de omissão. A identidade do “novo judeu” não é mais respaldada pelas mazelas da catástrofe. Segundo Amós Oz, aos judeus do Holocausto era dada a compaixão, mas também, alguma repulsa: *Que parem de uma vez por todas de se lamuriar em ídishe e não venham nos contar tudo que fizeram lá com eles*.

⁸ “Palestinian attachments to places are both physical and imaginative. Many people preserve [...] the deeds to the land they owned and the keys to the houses they left behind” (Sa'di e Abu-Lughod, 2007: 13).

Nós aqui estamos voltados para o futuro e não para o passado [...] (Amós Oz, 2005: 19-20, *apud* Gherman, 2014: 117).

Visto isso, percebe-se como, diante destas remodelações, a memória do Holocausto é usada para constantemente justificar a criação e a manutenção do Estado judeu. A *Shoá* lembra permanentemente a luta contra a diáspora judaica, enquanto a memória da *Nakba* lembra constantemente os palestinos sobre sua agenda de resistência e retorno. Ambas as memórias (tidas como concorrentes) buscam através de seus pontos de vista nacionais a autenticação, legitimidade e empoderamento mediante esses delicados contextos que se entrelaçam (Gherman, 2014: 118).

Estas memórias são ainda muito pungentes e atuais. Enquanto Sa'di e Abu-Lughod (2007) falam de uma narrativa israelense mítica que precisa ser repensada, também afirmam que *o que aconteceu em 1948 não acabou, seja porque os palestinos ainda estão vivendo as consequências ou porque processos semelhantes estão em ação no presente* (Sa'di e Abu-Lughod, 2007: 18, tradução nossa⁹). Esse passado, ainda muito recente tanto para Israel quanto para Palestina, faz com que o conflito seja uma importante parte constituinte de ambas as memórias e identidades. Sobre esse passado que se faz um presente, Sa'di e Abu-Lughod também pontuam que:

Quando o passado ainda está entrenchado nas presentes condições existenciais do indivíduo, afetando a miríade de aspectos de sua vida, talvez ele não possa garantir as condições para narrar o passado. Para os palestinos, ainda vivendo sua expropriação, ainda lutando ou esperando pelo retorno, muitos sob ocupação militar, muitos ainda imersos em questões de sobrevivência, o passado não está nem distante nem terminado [...] a *Nakba* ainda não acabou; depois de quase sessenta anos, nem os palestinos nem os israelenses alcançaram um estado de normalidade [...] (Ibidem, 2007: 10, tradução nossa¹⁰).

Se um dos maiores desafios da existência judaica foi até certo momento se confrontar com o problema de suas formações identitárias se constituírem fora de Israel (Shlaim, 2004), a constituição de uma identidade palestina também não passa longe desta questão. Segundo Rashid Khalidi (2010), um dos maiores desafios que palestinos enfrentam quando tentam consolidar memórias e identidades perpassa pelo fato de que, depois do Holocausto, sionistas que agora haviam conquistado seu objetivo de ter um Estado para chamar de seu acabaram ficando cegos diante do medo de uma situação similar ocorrer novamente.

Tragicamente, a maioria dos israelenses e muitos outros estão hipnotizados por seus próprios medos sobre as ameaças à existência continuada dos judeus como povo (e, portanto, de Israel). Esses medos estão enraizados nas experiências

⁹ "What happened in 1948 is not over, either because Palestinians are still living the consequences or because similar processes are at work in the present" (Sa'di e Abu-Lughod, 2007: 18).

¹⁰ "When the past is still entrenched in the present existential conditions of the individual, affecting the myriad aspects of her or his life, perhaps he or she cannot secure the conditions to narrate the past. For Palestinians, still living their dispossession, still struggling or hoping for return, many under military occupation, many still immersed in matters of survival, the past is neither distant nor over [...] the *Nakba* is not over yet; after almost sixty years neither the Palestinians nor Israelis have yet achieved a state of normality [...]" (Sa'di e Abu-Lughod, 2007: 10).

abrasadoras da história judaica do século XX, culminando no Holocausto. Tais medos parecem cegar os que estão em suas garras com o fato de que os palestinos são atormentados por sua profunda crise existencial como povo, em grande parte por causa de suas experiências históricas traumáticas sofridas nas mãos do sionismo e de Israel no século passado (Khalidi, 2010: 26, tradução nossa¹¹).

Em meio a estas identidades sobrepostas, é perceptível como o conflito e suas respectivas memórias marcaram e marcam ambas as nações de forma mútua e constante. Este conflito, que envolve dois povos e uma geografia, não pode deixar de ser analisado sem a perspectiva de que memórias, identidades e nacionalismos se desenvolvem um frente ao outro, se aproximando até mesmo de um processo simbiótico. Aqui torna-se válida a reflexão de Said (1995), que diz ser impossível pensar o Oriente e o Ocidente através de lógicas binárias e totalmente opostas, o mesmo pode ser dito da relação entre Israel e Palestina, que se constituíram e se constituem até hoje através de lógicas indissociáveis. De forma similar, em relação às constituições de si através do outro, Jelin (2002) também afirma que parâmetros de identidade, sejam de âmbito nacional ou político, sempre terão o outro como referência implícita ou explícita de definição, indicando como Said, o caráter indissociável dos pontos de referência mútua.

Em suma, a identidade, que está profundamente enraizada em memórias coletivas e individuais, não escapa das relações com outrem, seja por aproximação ou oposição. A indissociabilidade em relação aos elementos de troca é algo assertivo. No que diz respeito a Israel e Palestina, a investigação sobre a memória, ou melhor, sobre as memórias, é algo que está longe de ser cessado, aliás, qualquer campo referente à memória possui suas infinitudes e dificilmente é cessado de investigações. No entanto, investigações de memórias tanto de Israel como de Palestina precisam ser repensadas e revistas à luz de análises críticas que não deixem de considerar o processo que as entrelaçou e entrelaça.

Ainda sobre as constatações de Michel Gherman (2014) sobre as memórias de *Shoá*, no que diz respeito à pouca tolerância de alguns “novos judeus” para com os sobreviventes do Holocausto em prol de uma edificada e edificante Israel voltada para o futuro, pode-se dizer que tais memórias, por mais que façam parte de um passado, ainda atormentam quem as viveu, e este fator não deve ser negligenciado.

Como exemplo de que memórias podem ser sufocantes e traumáticas para o ser humano, Primo Levi (1990) relata sobre as dores do judeu Jean Améry, deportado para Auschwitz por ser de origem judaica. Este, que em período posterior, no qual não mais estava em vigência o período nazista, acabara se suicidando.

¹¹ “Tragically, most Israelis, and many others, are mesmerized by their own profound fears about threats to the continued existence of the Jews as a people (and therefore of Israel). These fears are rooted in the searing experiences of twentieth century Jewish history culminating in the Holocaust. Such fears seem to blind those in their grip to the fact that the Palestinians are tormented by their own profound existential crisis as a people, one born largely of their traumatic historical experiences suffered at the hands of Zionism and Israel over the past century” (Khalidi, 2010: 26).

Quem foi torturado permanece torturado [...] quem sofreu o tormento não poderá mais se ambientar no mundo, a miséria do aniquilamento jamais se extingue. A confiança na humanidade, já abalada pelo primeiro tapa no rosto, demolida posteriormente pela tortura, não se readquire mais (Levi, 1990: 10).

Neste segmento, como afirma Ella Shohat (2007), após a constituição do Estado de Israel, memórias dissidentes foram desautorizadas e negadas por noções monolíticas de história e memória. Shohat (que viveu na pele o drama de ser uma judia iraquiana em Israel), ao realizar uma análise da sociedade israelense, percebe como um apagamento identitário foi forjado em prol da construção de uma memória que fosse necessariamente adaptada aos interesses do Estado israelense. Este “judeu novo” deveria agora refazer sua história. Desta forma, percebe-se aqui a potencialidade em relação à investigação de memórias dissidentes, que por longos períodos foram silenciadas e negligenciadas.

A mesma potencialidade para estudos referentes à memória também é válida no caso palestino, porém, o campo para investigação ainda precisa de bastante abertura e investigação. Novas vozes precisam ser escutadas, novas histórias precisam ser contadas e novas memórias precisam de um corpo teórico constituinte, já que memórias individuais também foram por muito tempo deixadas de lado em relação à narrativa nacional. Como Sa’di e Abu-Lughod (2007) argumentam, a memória palestina carrega consigo uma enorme capacidade de produzir uma necessária “contra memória” que faça justiça aos que foram silenciados por uma narrativa homogênea. Esta produção de uma “contra memória” é essencial para que se produza uma “contra história” que desmistifique narrativas dominantes e opressoras.

Considerações finais

Quando se fala em Israel e Palestina é extremamente necessário que lógicas binárias sejam deslocadas. Considerar um país dicotômico em relação ao outro, opondo suas histórias e suas memórias através de categorias antagônicas seria dar as costas à complexidade do processo que produz estas memórias. Como pontua Homi Bhabha (2013), binarismos devem ser profundamente questionados para que fronteiras possam agir como conexão, e não como separação. Nesse sentido, isto reitera afirmações já propostas aqui: assim como o Oriente não é a categoria oposta do Ocidente (Said, 1995), Palestina não é antagônica à Israel e vice-versa. Apesar da produção de narrativas concorrentes e de memórias que tentam se anular, a desconstrução desta ordem dicotômica de interpretação pode fazer com que novas (e necessárias) composições no campo da legitimação de pautas nacionais possam emergir.

As memórias aqui tratadas, que ora foram diluídas em prol de uma memória nacional, ora foram negligenciadas diante de relações de poder esmagadoras, precisam de espaços que desconstruam categorias que ainda olham para um suposto “outro” com ressalvas. Sendo assim, os espaços de disputa mencionados, mediante o reconhecimento do entrelaçamento,

são bons pontos de partida que podem dar lugar a novos passados que reivindicam novos lugares de memória.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

GHERMAN, Michel. “Entre a Nakba e a Shoá: catástrofes e narrativas nacionais”. *Revista História*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 104-121, 2014.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España editores, 2002.

KHALIDI, Rashid. *Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness*. New York: Columbia University Press, 2010.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

OSBORNE, Peter. *The Politics of Time: Modernity and Avant-Garde*. New York: Verso Trade, 1995

SA’DI, Ahmad H.; ABU-LUGHOD, Lila. *Nakba: Palestine, 1948, and the Claims of Memory*. New York: Columbia University Press, 2007.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

SHOHAT, Ella. “Os sefarditas em Israel: o sionismo do ponto de vista das vítimas judaicas”. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 117-136, 2007.